

Estratégia Juntos na Prevenção

*Documento Orientador para Profissionais
da Educação e da Saúde para a promoção de
educação em sexualidade e prevenção das IST,
HIV/AIDS e Hepatites Virais*

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo
Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
Coordenadoria de Controle de Doenças
Centro de Referência e Treinamento DST/Aids de São Paulo
Programa Estadual de DST/Aids de São Paulo

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo
Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
Coordenadoria de Controle de Doenças
Centro de Referência e Treinamento DST/Aids de São Paulo
Programa Estadual de DST/Aids de São Paulo

Estratégia Juntos na Prevenção

Documento Orientador para Profissionais da Educação e da Saúde para a promoção de educação em sexualidade e prevenção das IST, HIV/AIDS e Hepatites Virais

São Paulo
2018

EXPEDIENTE

Governador

Geraldo Alckmin

Vice-Governador

Márcio França

Secretário da Educação

José Renato Nalini

Secretária Adjunta

Cleide Bauab Eid Bochixio

Chefe de Gabinete

Wilson Levy Braga da Silva Neto

Assistência Técnica da Chefia de Gabinete

Thiago Teixeira Sabatine

Sonia Maria Brancaglioni

Subsecretaria de Articulação Regional

Valesca Pentead de Toledo Honora

Equipe Técnica

Rosângela Asselta Rodrigues

Coordenadora de Gestão da Educação Básica

Rosângela Aparecida de Almeida Valim

Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica

Jane Rubia Adami da Silva

Centro de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional

Herbert Gomes da Silva

Equipe Técnica

Eleuza Guazzelli

Gisele Nanini Mathias

Programa Escola da Família

Coordenadora Geral

Carmen Lúcia Bueno Valle

Equipe Técnica

Iranete Felix Reis

Fundação para o Desenvolvimento da Educação

Presidente

João Cury Neto

Diretoria de Projetos Especiais

Antonio Henrique Filho

Gerência de Ações Comunitárias e Educativas

Devanil Tozzi

Equipe Técnica

Edison de Almeida

Jurema Reis Correa Panza

Ana Maria Stuginski

Secretário da Saúde

David Everson Uip

Secretário Adjunto

Eduardo Ribeiro Adriano

Chefe de Gabinete

Nilson Ferraz Paschoa

Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP

Programa Estadual de IST/Aids SP

Diretoria Técnica

Artur Kalichman

Maria Clara Gianna

Rosa de Alencar Souza

Gerência de Prevenção

Ivone de Paula

Naila Janilde Seabra Santos

Equipe Técnica

Analice de Oliveira

Fabíola Santos Lopes

Josefa Laurindo

Paula de Oliveira e Sousa

Organização e Redação Final

Analice de Oliveira

Carmen Lúcia Bueno Valle

Edison de Almeida

Eleuza Guazzelli

Gisele Nanini Mathias

Iranete Felix Reis

Ivone de Paula

Jurema Reis Correa Panza

Maria Clara Gianna

Sonia Maria Brancaglioni

Thiago Teixeira Sabatine

Revisão

Secretaria da Educação - Carmen Lúcia Bueno Valle

CRT - DST/Aids - Emi Shimma

Diagramação

Denis Delfran Pereira

Índice

Introdução	5
Desafios: contexto das IST, aids e gravidez entre jovens paulistas	6
Objetivos	11
Método	12
Unidade Escolar	13
Unidade Básica de Saúde - UBS/Estratégia Saúde da Família-USF .	14
Passo a passo da implementação.....	16
Resultados esperados.....	17
Referências bibliográficas e materiais de apoio	18
Anexos.....	24
I - Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP, sede do Programa Estadual de DST/Aids - SP	24
II - O currículo do Estado de São Paulo	25
III - Programas Prevenção Também se Ensina e Comunidade Presente	27
IV - Programa Escola da Família	28

Introdução

O presente documento orientador apresenta a Estratégia **Juntos na Prevenção**. Esta tem por finalidade despertar as potencialidades, articular iniciativas da Saúde e da Educação para a promoção da Educação em sexualidade e prevenção das IST, HIV/Aids¹ e Hepatites Virais, focadas prioritariamente nos direitos sexuais e reprodutivos e nos Direitos Humanos.

A complexidade dos desafios para a promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos de jovens, adolescentes e adultos exige a articulação de diversos parceiros governamentais e não governamentais para a construção de uma política pública abrangente e integrada. Assim, a estratégia **Juntos na Prevenção**, parte da necessidade de estabelecer diretrizes com vistas a unir os esforços da Secretaria de Estado da Saúde como instituição que tem a responsabilidade de formulação da Política Estadual de Saúde, norteadas pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Secretaria de Estado da Educação, instituição responsável pelo atendimento de jovens, crianças em idade escolar e adultos na rede pública estadual de ensino.

Promover a formação integral do cidadão implica, entre outros, o direito à saúde, priorizando as ações preventivas, democratizando as informações relevantes para que possam conhecer seus direitos, cuidar de si e dos outros. Nesse sentido, a estratégia consiste em promover a articulação de redes regionais e locais da saúde e da educação, da sociedade civil e engajar as comunidades para a participação no contexto da escola e da saúde, ampliando as ações de educação e prevenção na rede estadual de ensino e a qualificação dos serviços de saúde para o acolhimento das demandas de saúde dos estudantes e comunidades.

Deste modo, a estratégia **Juntos na Prevenção** pretende reunir e articular elementos inovadores, projetos e iniciativas de educação em sexualidade e prevenção desenvolvidas nas escolas estaduais e nos serviços de atenção básica de saúde, de prevenção, de assistência em IST, HIV/Aids e Hepatites Virais.

1. IST - Infecções sexualmente transmissíveis - infecções transmitidas através do contato sexual.

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana causador da doença aids - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

Desafios: contexto das IST, aids e gravidez entre jovens paulistas

Entre os jovens de 15 a 19 anos de idade, a taxa de incidência de aids passou de 3,2 casos em 2006 para 3,9 casos por 100 mil habitantes em 2015; entre aqueles com 20 a 24 anos, de 14,1 para 19,0. Em 2006 ocorreram 624 casos de aids entre jovens com 15 a 24 anos e em 2015, 787, um aumento de 69,5% no sexo masculino e redução de 34,8% no sexo feminino. Desde 2008, a epidemia tem mostrado importante elevação de casos entre homens que fazem sexo com homens (HSH). Entre os casos de aids em homens com mais de 13 anos de idade, a proporção da categoria de exposição HSH aumentou de 31,8% em 2006 para 46,2% em 2015, percentual semelhante ao final da década de 1980 (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, 2016). Os jovens com essa faixa etária, foco desta estratégia, estão cursando ou o Ensino Fundamental Anos Finais, o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos ou o Ensino Superior.

A Organização Panamericana de Saúde (OPAS), em reunião realizada no México com países da América Latina e Caribe, estabeleceu três metas fundamentais para alcançar o objetivo de eliminar a epidemia de aids, e que foram reconhecidas pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), em 2014. As metas conhecidas como 90-90-90, propõe que os países devem atingir, até 2020: o diagnóstico de 90% das pessoas vivendo com HIV/aids (PVHA); 90% das PVHA diagnosticadas em uso de terapia antirretroviral (TARV); e 90% das PVHA em TARV com supressão da carga viral, incluindo também ações para eliminar o estigma e a discriminação para com as pessoas vivendo com o vírus - “Zero Discriminação”.

O cuidado frente à epidemia implica em evitar a infecção pelo HIV por meio de medidas de prevenção, assim como realizar o diagnóstico precocemente e tratar as pessoas acometidas pelo HIV a fim de retardar o surgimento dos sintomas da aids. É uma doença infecciosa e atualmente existem conhecimento técnico e tecnologias disponíveis para o controle da epidemia, a epidemia de HIV/aids é perfeitamente exequível, mesmo sem dispormos ainda de uma vacina eficaz, que seria a forma de prevenção

mais clássica. É importante ressaltar que a cadeia de transmissão pessoa a pessoa pode ser interrompida, se as pessoas vivendo com HIV conseguirem manter carga viral circulante suprimida (indetectável). Atualmente, isso é possível com os tratamentos disponíveis que possibilita que a disseminação do vírus seja interrompida, evitando o surgimento de casos novos. Importante notar que tem sido dada muita ênfase a esse fato porque as demais medidas de prevenção, tais como uso de preservativos e evitar práticas sexuais consideradas de risco, não conseguem isoladamente promover substanciais mudanças de comportamento (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, 2016).

Desenvolver ações que levem os jovens a terem a possibilidade de planejar uma gravidez e de se prevenir de infecções sexualmente transmissíveis, também pode ser o caminho para que ao menos 4 metas da ONU para o milênio sejam alcançadas pelo Brasil: igualdade entre os sexos e valorização da mulher, melhoria da saúde das gestantes, redução da mortalidade infantil e o combate à aids.

Relatório da OMS (Organização Mundial da Saúde), que analisa as taxas de gravidez na adolescência no período entre 2010 e 2015, aponta que o índice de gravidez na adolescência no Brasil é de 68,4 bebês nascidos/1000 meninas de 15 a 19 anos. O índice brasileiro está acima da média latino-americana, estimada em 65,5. Nos Estados Unidos, o índice é de 22,3 nascimentos/1000 adolescentes de 15 a 19 anos. No mundo, a média é de 46/1000. Esse relatório enfatiza que a frequência de gravidez nessa faixa etária é maior entre mulheres de grupos de maior vulnerabilidade social. (OMS/OPAS, 2016).

Em 2015, foram notificadas 1247 gestantes HIV positivas no Estado de São Paulo, destas 9,1 % tinha entre 15 e 19 anos de idade (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, 2016).

A taxa de fecundidade na faixa de 15 a 19 anos revela a necessidade de ações com enfoque nas relações de gênero, direitos sexuais e reprodutivos. A gestação na adolescência impõe diversos desafios e obstáculos para as meninas, muitas vezes corroborando para a evasão escolar, englobando aspectos reprodutivos, sociais, econômicos, educacionais e de curso de vida.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE, 2015), estudos realizados no Brasil e no mundo apontam que a vida sexual dos adolescentes tem início cada vez mais cedo e, que a precocidade está associada ao sexo desprotegido – o que pode trazer graves consequências para a saúde dos adolescentes - e ao maior número de parceiros ao longo da vida. O não uso do preservativo ou seu uso inadequado podem acarretar não só infecções sexualmente transmissíveis (IST) e HIV, como uma gravidez não planejada (IBGE, 2016).

A pesquisa apontou, na temática “Saúde sexual e reprodutiva”, as características de estudantes de 13 a 17 anos de idade. O percentual de estudantes que já tiveram iniciação sexual aumenta com a idade, considerando que no grupo etário de 13 a 15 anos o percentual era 27,0%, enquanto no grupo etário de 16 a 17 anos, mais da metade dos alunos já tiveram relação sexual (54,7%). Os resultados indicaram ainda que, 34,5% dos estudantes de 13 a 15 anos de idade, do sexo masculino, já tiveram relação sexual alguma vez, enquanto que, entre as meninas deste grupo etário, o percentual era de 19,3%. Na faixa etária de 16 a 17 anos, 59,9% dos estudantes do sexo masculino já haviam tido relação sexual, enquanto que, para a mesma faixa etária, o percentual entre as meninas foi de 49,7%. A análise por grupos de idade mostrou que entre os estudantes mais jovens de 13 a 15 anos de idade que já iniciaram a vida sexual, 59,7% usaram preservativo na primeira relação. No grupo etário de 16 a 17 anos, o percentual foi de 68,2%.

Os resultados que se referem ao uso de preservativo na última relação sexual indicam que o comportamento dos estudantes pouco se altera na comparação com o uso de preservativo na iniciação sexual. No grupo de estudantes de 13 a 15 anos de idade, 60,3% responderam ter usado preservativo na última relação sexual; no grupo etário de 16 a 17 anos, esse percentual foi de 65,6%. No que se refere ao uso de método contraceptivo e de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis na última relação, os resultados indicaram que 69,5% dos estudantes com idades de 16 a 17 anos usaram algum método para se protegerem.

Assim como observado no indicador de uso de preservativo na primeira relação, os mais jovens foram os que menos se protegeram (59,6%), os resultados também indicaram que estudantes que receberam orientação sobre prevenção de gravidez na faixa etária de 13 a 15 anos foi de 70,6%, enquanto que, para aqueles do grupo de 16 a 17 anos de idade, o percentual é um pouco maior, 75,9%.

Os resultados indicaram também que 78,9% dos estudantes de 13 a 15 anos de idade e 84,3% do grupo etário de 16 a 17 anos responderam ter recebido informações sobre aids ou outras IST. Quanto ao acesso à informação sobre como obter preservativo gratuitamente, 60,3% na faixa entre 13 a 15 anos de idade tiveram esse tipo de orientação. Entre os adolescentes de 16 a 17 anos de idade, o percentual é mais elevado (IBGE, 2016).

Dados de diversas pesquisas compiladas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO (Abramovay et al, 2004) mostram que relações sexuais desprotegidas entre adolescentes estão relacionadas com a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, aos insumos de prevenção e de contracepção.

O relatório de Monitoramento Global da Educação (2016) publicado pela UNESCO aponta que os programas escolares abrangentes sobre educação em sexualidade, que discutem as relações de poder entre os gêneros quintuplicam a probabilidade de reduzir as taxas de infecções sexualmente transmissíveis e de gravidez não planejada (UNESCO, 2016).

Para uma ação de prevenção efetiva que resulte na diminuição de casos de IST, HIV/aids, hepatites virais e gestação na adolescência, é necessário que o conhecimento sobre prevenção e os insumos estejam disponíveis aos jovens, nos locais onde os mesmos se concentram, ou seja, principalmente nas escolas. O ambiente escolar é o melhor lugar para se investir em prevenção junto aos adolescentes e jovens. Neste sentido, a Estratégia **Juntos na Prevenção** surge da necessidade de reforçar as estratégias de prevenção, a qualificação das informações, a disponibilização de insumos e o acesso aos serviços de saúde para as populações vulneráveis, principalmente, para adolescentes e jovens.

A parceria com a Educação na estratégia **Juntos na Prevenção** surgiu a partir de um pioneiro projeto implantado no município de Itaquaquecetuba/SP (2014), por meio do envolvimento da comunidade e do protagonismo dos jovens, através da implantação das “Estações de Prevenção” em escolas estaduais participantes, ampliando o acesso à informação e aos insumos de prevenção das IST/aids.

As “**Estações de Prevenção**” fazem a interface com outros espaços do território onde circulam não só os jovens escolarizados, mas também aqueles que estão fora da escola, propiciando assim que um maior número de jovens tenham acesso às ações de prevenção e envolvendo a comunidade nessa rede de informação e ampliação das possibilidades de acesso. Neste sentido, o trabalho sistematizado de prevenção das IST/aids, realizado no âmbito do território, envolve toda a comunidade, alcança outras populações vulneráveis como gays, homens que fazem sexo com homens, travestis e transexuais, profissionais do sexo, mulheres e pessoas em uso de drogas.

A “**Estratégia Juntos na Prevenção**” consiste na busca de soluções compartilhadas entre saúde e escola, articulando iniciativas exitosas já conduzidas na rede estadual de ensino como os Projetos “Prevenção Também se Ensina e Comunidade Presente” desenvolvidos pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), o Programa Saúde nas Escolas (PSE) do governo federal² e o Currículo Oficial do Estado. Essas experiências apontam para a importância e maior efetividade do trabalho sistematizado no âmbito local, a partir da parceria entre sistema de saúde, sociedade civil e escolas, envolvendo toda a comunidade escolar.

A Estratégia Juntos na Prevenção decorre de uma longa experiência de atuação conjunta das áreas da Saúde e Educação, que foram consagradas na Resolução Conjunta nº 01 das Secretarias de Estado da Saúde e Educação de 11 de outubro de 2011. Esta resolução dispõe, no seu artigo 1º sobre as ações conjuntas de prevenção das IST/aids e gravidez na adolescência e implica o repasse de preservativos para as escolas estaduais.

2. Mais informações: Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas> Ministério da Saúde: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php>

A centralidade da estratégia é a articulação das políticas públicas regionais e locais de Saúde e Educação para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e prevenção das IST, aids, Hepatites Virais e gravidez para adolescentes, jovens, adultos e comunidade nas escolas estaduais, trabalhando de forma integrada a prevenção, a cidadania, o autocuidado e o respeito aos Direitos Humanos.

Para tanto, parte substancial da estratégia envolve a ampliação das ações de educação e prevenção na rede estadual de ensino e a qualificação dos serviços de saúde para o acolhimento das demandas de saúde dos estudantes e comunidades. Além disso, ancora-se na política de distribuição de insumos do Programa Estadual de DST/Aids-SP que coordena, em conjunto com os Grupos de Vigilância Epidemiológicas e os Programas Municipais de DST/Aids e as Redes Básicas de Saúde locais, a adequação dos fluxos de insumos de prevenção para que preservativos e outros insumos sejam ofertados gratuitamente à população.

Objetivos

A Estratégia **Juntos na Prevenção** tem como objetivos:

- Articular as políticas públicas regionais e locais de Saúde e Educação para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e prevenção das IST, aids, Hepatites Virais para adolescentes, jovens, adultos, pais, responsáveis, familiares e comunidade nas escolas estaduais, trabalhando de forma integrada.
- Promover a educação em sexualidade de forma integral, baseada nos direitos sexuais, reprodutivos e os direitos humanos, para adolescentes, jovens, adultos, pais, responsáveis, familiares e comunidade nas escolas estaduais.
- Desenvolver entre adolescentes, jovens, adultos, pais, responsáveis, familiares e comunidade atitudes e valores positivos de autocuidado com relação à sua sexualidade e saúde.

- Desenvolver entre adolescentes, jovens, adultos, pais, responsáveis, familiares e comunidade, nas escolas estaduais, atitudes e valores de respeito às diferenças de gênero, orientação sexual e outros marcadores sociais da diferença.

- Ampliar o acesso dos insumos de prevenção nas escolas e à prevenção combinada e assistência nos serviços de saúde.

Método

Para promover a Estratégia **Juntos na Prevenção** é necessário envolver a rede de serviços, os projetos e programas das Secretarias Estaduais da Saúde e da Educação, a partir do engajamento dos diferentes atores em níveis de articulação regional e local.

Do ponto de vista **regional**, os interlocutores da Saúde atuam nos Departamentos Regionais de Saúde, e em relação às IST/HIV/aids por meio dos Grupos de Vigilância Epidemiológica e os interlocutores da Educação nas Diretorias Regionais de Ensino, por meio de seus Dirigentes Regionais de Ensino, equipe de Supervisão de Ensino e Núcleos Pedagógicos.

O nível regional é o responsável por estimular a articulação regional e local para implementação da estratégia.

Do ponto de vista **local**, os atores são agentes comunitários de saúde, enfermeiros, médicos e gestores e técnicos das Unidades da Estratégia Saúde da Família, Consultórios na Rua, dos Programas Municipais de IST e Aids, das Unidades Básicas de Saúde; ativistas das Organizações da Sociedade Civil que promovem a educação em sexualidade, diversidade sexual e gênero; e, nas escolas estaduais, são os diretores e vice-diretores, professores coordenadores, professores em geral, funcionários, estudantes, familiares, voluntários e universitários do Programa Escola da Família e comunidade local articulados por meio do Conselho de Escola, Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Mestres.

A Estratégia **Juntos na Prevenção** é o resultado do engajamento dos atores acima citados, que desenvolvem ações de educação em sexualidade, por meio da construção de “**Estações de Prevenção**” nos espaços das escolas, nos serviços de saúde e demais locais da comunidade. A “**Estação de Prevenção**” é o espaço em que se promove a educação em sexualidade com base nos Direitos Humanos, sexuais e reprodutivos e que disponibiliza insumos de prevenção e materiais informativos sobre IST, HIV/AIDS e Hepatites Virais para a população.

Para que a escola e o serviço de saúde se configurem como “**Estações de Prevenção**”, é necessário desenvolver as seguintes ações:

Unidade Escolar

1) Mobilizar a comunidade escolar na luta contra as IST/aids e na diminuição da gestação na adolescência.

2) Articular a escola com as Unidades da Estratégia de Saúde da Família, os Programas Municipais de IST e Aids, as Unidades Básicas de Saúde; ativistas das Organizações da Sociedade Civil para organização de atividades conjuntas de educação em sexualidade para serem realizadas no espaço escolar, seja no período letivo ou aos finais de semana, no contexto do Programa Escola da Família.

3) Envolver os estudantes e o Grêmio Estudantil, os funcionários, professores, voluntários e universitários bolsistas do Programa Escola da Família e equipe gestora no planejamento, organização e execução da Estratégia.

4) Envolver os Agentes Comunitários de saúde e/ou outros técnicos das Unidades da Estratégia Saúde da Família, dos Programas Municipais de IST e Aids, das Unidades Básicas de Saúde no planejamento, organização e execução da Estratégia.

5) Articular as iniciativas ao Currículo, Programa Saúde na Escola (PSE), Programa Prevenção Também se Ensina e Comunidade Presente e

o Programa Escola da Família, mobilizando estudantes e comunidade nas atividades da escola.

6) Aprovar a estratégia e plano de trabalho no Conselho de Escola.

7) Planejar e desenvolver ações contínuas de prevenção das IST/aids e gravidez na adolescência, conforme a Resolução Conjunta Saúde e Educação número 1 de 11/10/2011, incluindo nestas ações a disponibilização de preservativos para os alunos e comunidade da escola, articulado ao desenvolvimento do trabalho pedagógico pertinente.

8) Realizar ações de educação em Direitos Humanos, incluindo as questões de orientação sexual e identidade de gênero, uso do nome social por travestis, mulheres e homens transexuais o enfrentamento do preconceito, homofobia, LGBTfobia, violência contra a mulher, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção das IST/aids e gravidez na adolescência.

9) Realizar a promoção da educação sexual nos processos formais e informais de ensino, considerando-se os aspectos afetivos, biológicos e socioculturais, e as relações de gênero, respeitando-se as etnias e a orientação sexual, e tendo como objetivo a construção da cidadania.

10) Disponibilizar preservativo masculino/feminino para estudantes e comunidade sem restrição e em local de fácil acesso (ex: disponibilizar nas recepções, em displays, nas salas de aula, corredores, pátios, com murais informativos).

Unidade Básica de Saúde - UBS/Estratégia Saúde da Família-USF

1) Planejar e desenvolver ações contínuas de prevenção das IST/aids e planejamento reprodutivo alcançando adolescentes, jovens e adultos (grupo de adolescentes, grupos de idosos, grupos de planejamento reprodutivo).

2) Implantar testes rápido para HIV, Sífilis e Hepatites Virais.

3) Realizar aplicação de penicilina benzatina para o tratamento da sífilis e prevenção da sífilis congênita em todos os dias e horários de funcionamento

da unidade conforme portaria MS número 3.161 de 27/12/2011 e Deliberação CIB – 67, de 26-10-2017 (DOE – 27/10/17- seção 1- p.27).

4) Organizar a logística de distribuição de preservativos na unidade junto a Secretaria de Saúde local, para garantir o abastecimento sem interrupção na unidade e nas Estações de Prevenção da comunidade, incluindo a logística de abastecimento de insumos para distribuição nas Estações de Prevenção das escolas. Disponibilizar preservativo masculino, feminino e demais insumos de prevenção para seus usuários sem restrição de quantidade e de fácil acesso (ex: disponibilizar nas recepções, em displays, nos consultórios médicos, na sala de enfermagem e nas visitas domiciliares).

5) Realizar a assistência em planejamento reprodutivo, com foco nos seguintes temas: conceito de direito reprodutivo, transmissão do HIV e das IST, aconselhamento reprodutivo e métodos contraceptivos (métodos disponíveis, taxas de falha e eficácia de cada método, anticoncepção de emergência e métodos definitivos), assistência pré-natal e ao parto e violência sexual.

6) Ofertar insumos e aconselhamento adequados para possibilitar uma decisão esclarecida referente à concepção ou contracepção.

7) Realizar Pré-natal do Homem.

8) Realizar ações de prevenção na comunidade por meio de Agentes Comunitários de saúde, implantando outras Estações de Prevenção para disponibilização de preservativos preferencialmente em locais de encontro de adolescentes, jovens gays, travestis, transexuais, bissexuais, profissionais do sexo, pessoas em uso de drogas. Abordar com as pop. Vulneráveis outros métodos de prevenção no âmbito da prevenção combinada.

9) Articular e realizar ações contínuas em conjunto com as escolas da comunidade.

10) Implantar o nome social em respeito à identidade de gênero de travestis e transexuais, conforme Decreto Estadual 55.588/2010.

Passo a passo da implementação

1 – Articulação Regional da Estratégia “**Juntos na Prevenção**” - Formação de interlocutores regionais da Saúde e Educação, oferecendo subsídios para as Diretorias Regionais de Ensino e Diretorias Regionais de Saúde.

2- Interlocutores regionais da saúde e da educação atuam nas localidades para a construção de proposta de implementação da estratégia.

Esta fase implica a articulação e definição de ações entre Secretaria Municipal de Saúde (Coordenação de DST/Aids, Coordenação da Atenção Básica, Coordenação da Estratégia Saúde da Família - ESF) e as Diretorias Regionais de Ensino, que terão a incumbência de capacitar as escolas e serviços de saúde para a construção de uma agenda local de intervenções.

3 – Escolas com apoio dos serviços de saúde constroem uma agenda comum de trabalho (projeto) definido com a participação dos profissionais da saúde e da educação, com o envolvimento dos estudantes e comunidade, Grêmios Estudantis, Conselho de Escola e Associações de Pais e Mestres.

4- Execução das atividades nas escolas e nos serviços de saúde por meio da implementação de ações de educação em sexualidade e criação de Estações de Prevenção.

5- Órgãos Regionais da Saúde e da Educação acompanham a implantação da estratégia, avaliam em parceria com os atores locais a implementação e propõem ações com vistas ao aprimoramento da Estratégia.

6- Órgãos centrais acompanham a execução das ações por meio das Diretorias Regionais de Ensino e Diretorias Regionais de Saúde, consolidam as informações e oferecem subsídios para o replanejamento e aprimoramento das iniciativas regionais e locais.

Resultados esperados

- Articulação das políticas públicas da educação e saúde no território;
- Envolvimento da comunidade na prevenção de IST/aids e Hepatites Virais;
- Desenvolver habilidades e conhecimento que permitam aos adolescentes tomar decisões assertivas, livres e oportunas sobre sua sexualidade e reprodução.
- Ampliação do acesso a serviços, informação e educação integral em sexualidade.
- Ampliação do acesso a informações e aos insumos de prevenção e de contracepção (preservativo masculino, feminino e demais insumos).
- Ampliação da oferta da testagem do HIV/Sífilis, Hepatites Virais e diagnóstico precoce do HIV/Sífilis;
- Divulgação da PEP³ e da PrEP⁴ e do tratamento como estratégia de Prevenção Combinada;
- Serviços especializados em IST/Aids (Serviços de Atendimento Especializado-SAE e Centros de Testagem e Aconselhamento - CTA) envolvidos nas ações no território.
- Escolas e unidades da rede básica de Saúde configuradas como Estações de Prevenção atuando em parceria e focadas prioritariamente na promoção dos Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos da comunidade.
- Ampliação da formação dos diversos parceiros envolvidos na lógica da Prevenção Combinada, divulgando as estratégias e os fluxos de atendimentos.

3. Profilaxia Pós Exposição-PEP é uma estratégia de prevenção que consiste no uso de antirretrovirais (ARV) nas primeiras duas horas e até 72 horas após uma possível exposição sexual do HIV - “Guia Básico de Prevenção Combinada. O que é? Como fazer? Onde saber mais?” CRT-DST/Aids – CCD – SES – SP, 2017.

4. PrEP – Profilaxia pré-exposição ao HIV é uma estratégia que consiste no uso diário do ARV com o objetivo de prevenir a infecção caso haja exposição ao vírus.

Referências bibliográficas e materiais de apoio

ABRAMOVAY, Miriam et al. Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) - 2015. Rio de Janeiro: IBGE; 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais. Orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1998. p.285-336. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf> Acesso em 12 de março de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192 Acesso em 12 de março de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf . Acesso em 12 de março de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf . Acesso em 12 de março de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 12 de março de 2018.

CLAM. Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – IMS/UERJ. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso em 12 de março de 2018.

DANILAUSKAS, M; Diaz M, Cabral F, Correia R, Magnusson M. Juventudes e os Direitos Sexuais e Reprodutivos. Guia sobre Direitos, Leis e a participação Social e Política das/os Jovens. Reprolatina e Fundação FEAC, 2017. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/crt/juventudes/arquivos-para-download/juventudes_e_os_direitos_sexuais_e_repro.pdf Acesso em 12 de março de 2018.

FDE. Revista eletrônica - (in) formação - Edição nº 09/novembro/2016 - tema: Treze anos de muita saúde e boa forma! Disponível em: [http://arquivo.fde.sp.gov.br/fde.portal/PermanentFile/File/\(In\)FORMA%C3%87%C3%83O%20-%20n.%C2%BA%209%20-%20setembro%202016.pdf](http://arquivo.fde.sp.gov.br/fde.portal/PermanentFile/File/(In)FORMA%C3%87%C3%83O%20-%20n.%C2%BA%209%20-%20setembro%202016.pdf) Acesso em 12 de março de 2018.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Preconceito e discriminação no contexto escolar. Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula. São Paulo, FDE, 2009. Disponível em: <http://arquivo.fde.sp.gov.br/fde.portal/PermanentFile/File/MANUAL%20-%20PREVEN%C3%87%C3%83O%20TAMB%C3%89M%20SE%20ENSINA%20-%20PRECONCEITO%20E%20DISCRIMINA%C3%87%C3%83O%20NO%20CONTEXTO%20ESCOLAR.pdf> Acesso em 12 de março de 2018.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Projetos Comunidade Presente e Prevenção Também se Ensina: sugestões de atividades preventivas para HTPC e sala de aula. São Paulo: FDE, Diretoria de Projetos Especiais, 2012. Disponível em: http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/Arte_comunidade_prevencao.pdf. Acesso em 12 de março de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Mulher Vire à Página”. São Paulo. MPSP, 2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/vire_a_pagina.pdf . Acesso em 12 de março de 2018.

OMS/OPAS. Relatório de gravidez na adolescência, no período de 2010 a 2015, disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/brasil-tem-gravidez-na-adolescencia-acima-da-media-latino-americana-diz-oms.ghtml>, e em <https://nacoesunidas.org/gravidez-na-adolescencia-e-mais-frequente-em-grupos-de-maior-vulnerabilidade-social-diz-oficial-do-unfpa/>, acessados em 03/04/2018.

PROMUNDO-BRASIL. A Situação da Paternidade no Brasil. Rio de Janeiro, Brasil. Promundo, 2016. Disponível em: <http://promundo.org.br/recursos/situacao-da-paternidade-no-brasil/?lang=portugues> . Acesso em 12 de março de 2018.

RIOS, ROGER RAUPP. Para um direito democrático da sexualidade. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 71-100, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200004&lng=pt&nrm=iso Acesso em 12 de março de 2018

SANTOS, BENEDITO RODRIGUES DOS. Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito – Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32151-guia-escolar-rede-de-protecao-pdf&Itemid=30192 Acesso em 12 de março de 2018

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde. Deliberação CIB-67, de 26/10/2017. DOE – 27/10/17 – seção 1 – p.27. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2017/executivo%2520secao%2520i/outubro/27/pag_0027_D61AKEV0C1JKPeFCVILC7IIVIGE.pdf&pagina=27&data=27/10/2017&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100027 Acesso em 27 de março de 2018.

SÃO PAULO. DOE. Resolução Conjunta SS/SE N.º 1, de 11-10-2011. Resolução conjunta de 12/10/11. DOE – N.º 194 –Seção 1 p. 49. Disponível em: ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpseesp/bibliote/informe_eletronico/2011/iels.out.11/Iels194/E_R-CJ-SS-SE-1_111011.pdf Acesso em 12 de março de 2018.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Documento Orientador CGEB n.º 15. Tratamento Nominal de Discentes Travestis e Transexuais. Versão ampliada e atualizada. Sabatine, Thiago (Org.). São Paulo, Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, novembro de 2015.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Documento Orientador CGEB n.º 14 de 2014. Diversidades sexuais e de gênero: guia de metodologias e atividades para o Programa Escola da Família. Sabatine, Thiago (Org.). São Paulo, Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, 2014.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/curriculo> . Acesso em 12 de março de 2018.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências da Natureza e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Luis Carlos de Menezes. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/780.pdf> . Acesso em 12 de março de 2018

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Alice Vieira. – 2. ed. – São Paulo: SE, 2012. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/782.pdf> Acesso em 12 de março de 2018.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias / Secretaria da Educação;

coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2012. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/781.pdf> Acesso em 12 de março de 2018.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: Matemática e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Nilson José Machado. – 1. ed. atual. – São Paulo : SE, 2012. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/783.pdf>. Acesso em 12 de março de 2018.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Decreto nº 48.781/2004. Institui o Programa Escola da Família – São Paulo: Diário Oficial do Estado, 2004.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Resolução nº 53/2016. Dispõe sobre a consolidação das normas que regulam e regulamentam o Programa Escola da Família – São Paulo: Diário Oficial do Estado, 2016.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania LGBT. São Paulo: SJDC/SP, 2014. 44p. Disponível em: http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf . Acesso em 12 de março de 2018.

SÃO PAULO. SES. O tempo não para. Experiências de Prevenção às DST/HIV e AIDS com e para adolescentes e jovens. Centro de Referência e Treinamento DST/Aids, 2013. Disponível em: https://issuu.com/crtdstaidsspcrtaids/docs/o_tempo_n_o_para Acesso em 12 de março de 2018.

SÃO PAULO. SES. Prevenção das DST/Aids em Adolescentes e Jovens. Brochuras de Referência para Profissionais de Saúde”. Centro de Referência e Treinamento DST/Aids , 2007. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/homepage///cartilhas_para_prevencao_de_dstaids_em_jovens_.pdf Acesso em 12 de março de 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE SÃO PAULO. Coordenadoria de Controle de Doenças. Centro de Referência e Treinamento DST/Aids - CRT-DST/Aids-SP. Boletim epidemiológico, CRT-PE-DST/AIDS/CVE. ANO XXXIII, Nº 1, 2016. DISPONÍVEL EM: http://www.saude.sp.gov.br/resources/crt/vig.epidemiologica/boletim-epidemiologico-crt/boletim_epidemiologico_2016.pdf Acesso em 12 de março de 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE SÃO PAULO. Coordenadoria de Controle de Doenças. Centro de Referência e Treinamento DST/Aids - CRT-DST/Aids-SP. Guia Básico de Prevenção Combinada. O que é? Como fazer ? Onde saber mais ?. CRT-DST/Aids – CCD – SES – SP, 2017. Disponível em: https://issuu.com/crtdstaidsspccrtaids/docs/guia_b_sico_de_preven_o_combina Acesso em 12 de março de 2018.

SILVA, ANIELY; CRUZ, BIANCA; GOMES, JHENIFFER; GONÇALVES, JULIANA; RODRIGUES, THAINÁ. Por que discutir gênero na escola? São Paulo, Ação Educativa – Assessoria, pesquisa e Informação, junho de 2016. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/publicacao_porquediscutirgeneronaescola.pdf . Acesso em 12 de março de 2018.

UNESCO. Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227762por.pdf>. Acesso em 12 de março de 2018.

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2016. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-2030/gem-report/> Acesso em 12 de março de 2018.

UNESCO. Resposta do Setor de Educação ao bullying homofóbico. Brasília: UNESCO, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf> . Acesso em 12 de março de 2018.

Anexos

A seguir apresentamos uma breve descrição das iniciativas, programas e projetos conduzidos pela Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Saúde com foco nas questões de educação em sexualidade. Este mapeamento é importante a fim de facilitar aos atores envolvidos na Estratégia Juntos na Prevenção a articulação das ações e a implementação de práticas conjuntas no território das escolas e dos serviços de saúde.

I - Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP, sede do Programa Estadual de DST/Aids - SP

O Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP (CRT-DST/AIDS-SP) é uma unidade de referência normativa, de avaliação e de coordenação do Programa Estadual para Prevenção, Controle, Diagnóstico e Tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids) no Estado de São Paulo.

Além de coordenar o Programa Estadual de DST/AIDS-SP, o CRT DST/AIDS-SP tem por finalidade: elaborar e implantar normas relativas às IST/aids, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); elaborar propostas de prevenção; prestar assistência médico-hospitalar, ambulatorial e domiciliar a pacientes com IST/aids; propor e executar ações de vigilância epidemiológica e controle das IST/aids; desenvolver programas de formação, treinamento e aperfeiçoamento, como também desenvolver e apoiar pesquisa científica em seu campo de atuação e promover o intercâmbio técnico-científico com outras instituições nacionais e internacionais.

Missão: Diminuir a vulnerabilidade da população do Estado de São Paulo às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e HIV/aids; prevenir novas infecções; promover a qualidade de vida das pessoas afetadas, reduzir o preconceito, a discriminação e os demais impactos sociais negativos das IST/HIV/aids, em consonância com os princípios do SUS.

O Programa Estadual de IST/Aids (PE-IST/Aids) foi criado em 1983, com quatro objetivos básicos: vigilância epidemiológica, esclarecimento à

população para evitar o pânico e discriminação dos grupos considerados vulneráveis na época, garantia de atendimento aos casos verificados e orientação aos profissionais de saúde.

A Coordenação do Programa Estadual de DST/Aids, apoiada na estrutura do CRT- DST/Aids, é responsável pela implementação, articulação, supervisão e monitoramento das políticas e estratégias relativas às IST/Aids, nas áreas de Prevenção, Assistência, Vigilância Epidemiológica, em todo o Estado de São Paulo.

O Programa Estadual de IST/Aids adota como referências éticas e políticas a luta pelos direitos de cidadania dos afetados e contra o estigma e a discriminação, a garantia do acesso universal à assistência gratuita, incluindo medicamentos específicos, e o direito de acesso aos meios adequados de prevenção. O PE-IST/Aids atua de forma coordenada com outros setores governamentais, como Justiça, Educação e Promoção Social, e em estreita colaboração com as Organizações da Sociedade Civil que atuam nesta área.

O Estado de São Paulo é dividido em 28 Grupos de Vigilância Epidemiológica (GVE) que, por sua vez, contam com um interlocutor do PE-IST/Aids, responsáveis pela implementação das ações nos níveis regionais e locais.

A estrutura e a missão do CRT DST/Aids-SP permitem prover atendimento, criar e validar procedimentos preventivos e modelos de assistência, avaliar e levar adiante pesquisas clínicas e oferecer treinamentos com maior legitimidade diante dos profissionais e instituições do Estado.

II - O currículo do Estado de São Paulo

As ações cotidianas nas escolas, nas áreas de conhecimento, em todas as disciplinas e níveis de ensino, são pautadas pelo Currículo Oficial do Estado de São Paulo. Este documento norteador para o trabalho pedagógico indica que a escola deve promover o desenvolvimento pessoal do estudante, de modo a contribuir para a construção de sua identidade,

autonomia e liberdade. Nessa perspectiva, no que se refere especialmente à Educação em Saúde, por meio do aprofundamento de conhecimentos, da compreensão da importância da participação social, do desenvolvimento de habilidades e competências, bem como de valores adequados à adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis, o estudante pode aprender a manter sua saúde, considerando a coletividade e o ambiente em que vive.

No que concerne às questões de sexualidade, destacam-se a abordagem transversal e a perspectiva da área de conhecimento de assuntos tais como: puberdade e adolescência, saúde sexual e reprodutiva, gravidez, gênero, diversidade sexual, dentre outros.

Na área de Ciências da Natureza, compreendidas as disciplinas de Ciências e de Biologia, tais assuntos são enfatizados, com abordagem desde o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais ao Ensino Médio, considerando-se a concepção ampliada de Saúde.

Sob a perspectiva do currículo, entendido como processo e práxis, as reflexões das Ciências da Natureza, sobretudo em Educação em Saúde, voltam-se para estudos incluindo os assuntos gênero, sexualidade e diversidade sexual, relacionados ao desenvolvimento de atividades/projetos pertinentes a temas relacionados à prevenção primária, tais como: direitos sexuais e reprodutivos, gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis/HIV/HPV, hepatites virais.

A área de Ciências Humanas, que compreende conhecimentos das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História e Geografia, tem colocado em debate uma gama variada de questões sobre as teorias de gênero e sexualidade corroborando o questionamento das dimensões éticas, culturais, sociais e políticas que envolvem o mundo contemporâneo.

Nesta perspectiva, o currículo, volta-se para o desenvolvimento dos jovens, período fundamental para a construção da identidade, da autonomia e liberdade, do autocuidado, do cuidado com os outros e do aprendizado do respeito às diferenças. Sob este entendimento, a estratégia Juntos na Prevenção articula-se às ações curriculares do Estado de São Paulo.

III - Programas Prevenção Também se Ensina e Comunidade Presente

Desde 1996, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) executa o programa Prevenção Também se Ensina, nas escolas da rede pública estadual com o apoio do Programa Estadual de DST/AIDS da Secretaria da Saúde. A iniciativa é voltada à promoção da cidadania, direitos e à redução da vulnerabilidade da comunidade escolar. São abordados temas diversos como a gravidez na adolescência, o uso de álcool, tabaco e outras drogas, a prevenção das IST/aids. O Programa enfatiza a capacitação de educadores para lidarem com temáticas afeitas à educação em cidadania e saúde, oferecendo metodologias diversificadas.

O Programa Comunidade Presente é executado pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação nas escolas da rede pública estadual de ensino desde 1998. Tem como eixos principais: a participação cidadã, a garantia dos direitos da comunidade e a comunicação não violenta. O Programa é voltado à promoção da ética, cidadania e dos direitos humanos da comunidade escolar.

Ao longo desses 21 anos foram encaminhados cinco kits com 95 títulos (publicações, jogos e filmes) e 4 manuais produzidos pela equipe do departamento, todos voltados ao uso do educador com aportes teóricos e práticos sobre o tema da prevenção, educação em saúde e conflitos promovidos pelo bullying, preconceito, diversidade sexual e de gênero. Os kits são acompanhados de guia que fornece diversos subsídios para a abordagem das temáticas nas Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) e sugestões de atividades com os alunos.

Sugere-se a leitura dos guias: “Preconceito e discriminação no contexto escolar” e “Comunidade Presente e Prevenção Também se Ensina: sugestões de atividades preventivas para HTPC e sala de aula”, disponíveis em PDF.

Para baixar os guias entre no endereço: <http://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/Interna.aspx?codigoMenu=183>

Observa-se que no último guia distribuído, há uma relação completa de materiais do Programa Prevenção Também se Ensina e Comunidade

Presente desde 1996. Os materiais poderão ser consultados na sala de leitura das escolas ou no Núcleo Pedagógico das Diretorias de Ensino.

IV - Programa Escola da Família

O Programa Escola da Família, implantado em 23 de agosto de 2003, pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, possibilita a abertura de escolas da Rede Estadual de Ensino, aos finais de semana, com o objetivo de criar uma cultura de paz, despertar potencialidades e ampliar os horizontes culturais de seus participantes, por meio de seus 4 eixos estruturantes: Esporte, Cultura, Saúde e Trabalho.

Reunindo profissionais da Educação, voluntários e universitários bolsistas, o Programa oferece às comunidades paulistas atividades que contribuem para a diversidade e a inclusão social, tendo como foco o respeito à pluralidade cultural e a uma política de prevenção que concorra para uma qualidade de vida e promoção da saúde.

Em diversas regiões do Estado, as escolas públicas constituem o principal, ou, muitas vezes, o único equipamento público comunitário, especialmente nas localidades em que há pouca ou nenhuma opção de lazer e cultura. Os espaços escolares, normalmente ociosos aos finais de semana, passam a ser ocupados com atividades endereçadas à comunidade, favorecendo o direito de conquistar e fortalecer a identidade local e o pertencimento à escola. Assim, responsabilmente, essa comunidade, apropriando-se desses espaços, agrega ao seu cotidiano valores essenciais para a edificação de uma cultura participativa.

Hoje, milhares de universitários de todo o Estado de São Paulo, dedicam seus finais de semana ao Programa Escola da Família e, em contrapartida, têm seus estudos custeados por um programa de concessão de bolsas - Projeto Bolsa Universidade - realizado em convênio com instituições particulares de Ensino Superior.

Os universitários contemplados com os benefícios do Bolsa Universidade, por meio de seu empenho e dedicação, contribuem

efetivamente para o desenvolvimento da comunidade local. Ao término do curso, poderão incluir em seu currículo essa experiência adquirida, rica em responsabilidade social e participação comunitária.



Secretaria da Educação

Secretaria da Saúde

